

UNIVERSIDADE E MUDANÇA: NOVAS CONFIGURAÇÕES E NOVOS DESAFIOS NOS TEMPOS CONTEMPORÂNEOS

Maria Couto Cunha¹

RESUMO

Balanço de algumas análises sobre os impactos das circunstâncias atuais sobre os sistemas de educação superior. O texto mostra, a partir da visão de alguns autores, as alterações por que passam esses sistemas, sobretudo nas últimas décadas. Estas alterações se manifestam na multiplicidade crescente de funções, na expansão dos seus serviços, no crescimento do setor privado, na diversificação de suas instituições, no declínio do financiamento das instituições públicas. Manifestam-se, também, nas dificuldades que se apresentam para compatibilizar a preservação dos seus objetivos e valores cultivados ao longo da sua história e no esforço para dar conta dessas novas exigências.

PALAVRAS-CHAVE: Universidade. Evolução histórica. Mudanças contemporâneas

ABSTRACT

This paper is an assessment of common analyses of the impact of present circumstances over superior education. It shows, from the perspective of specific authors, the changes which these systems have undergone in the last few decades. These shifts have become apparent in the increasing diversity of its functions, in the expansion of its services, in the expansion of the

¹ Professora Adjunta da Faculdade de Educação da UFBA. Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da UFBA. Endereço para correspondência: Vivendas do Imbuí, Edifício Iataí, Apto 1203, Bairro Imbuí, CEP 41720-000 Salvador, Bahia. E-mail: mcouto@ufba.br.

private sector, in the diversification of its institutions, and in the decreasing figures of public institution budgets. Changes are also evident from the difficulties superior education faces while trying to make the preservation of its objectives and the values which it cultivated throughout its history compatible with the new demands.

KEY WORDS : University. History of education. Educational shifts.

NASCE UM ESPAÇO PARA CULTIVAR E PRODUZIR O SABER

A universidade tem a sua origem na Idade Média como um lugar onde se desenvolvia a arte de pensar. Um ambiente onde o mestre reunia seus discípulos para lhes transmitir ensinamentos e produzir novos conhecimentos. Como nessa época a educação era dirigida pela Igreja, desenvolvia-se nos mosteiros, atendendo a quem se interessasse pela cultura. O desenvolvimento do comércio e o aparecimento de uma nova classe social, a burguesia, no fim dessa era vão mudar os rumos dessa instituição. Essa nova classe começa a perceber a importância de se apropriar de novos conhecimentos e a barganhar novo espaço social, ameaçando o poderio da Igreja, enquanto detentora do saber. Desta forma, a influência de novas idéias trazidas pelas Cruzadas que provocam uma aproximação entre a cultura oriental e a ocidental e o aprofundamento dos conhecimentos filosóficos já iniciados pela escolástica, que tenta justificar a fé pela razão, permitem surgir os fundamentos da universidade.

Apesar do visível domínio religioso nesta época, estas instituições eram vistas pela burguesia como um lugar do saber e da instrumentalização para o domínio da nova ordem daí o desejo de incorporar-se a elas, no sentido de usufruir dos privilégios até então pertencentes à nobreza e ao clero. No entanto, a necessidade de renovação dos saberes não se explicava apenas pelo desenvolvimento geral do ocidente, pela renovação econômica e pelo crescimento urbano, mas também pelo fato de Igreja, poderes leigos e classes dirigentes sentirem a necessidade de apelar para letrados competentes, que dominavam as disciplinas eruditas e as técnicas da escrita e dos cálculos para gerir seus negócios, tanto privados quanto

públicos (CHARLES, C.; VERGER, J., 1996, p. 15, apud ZAINKO, 1998, p. 22). O poder temporal vai aos poucos reclamando o controle daquelas instituições, dada a importância que assumem os novos conhecimentos nelas cultivados.

Mesmo permanecendo oficialmente como instituições eclesiásticas, as universidades passaram, cada vez mais, para o controle das cidades e dos Estados, que necessitavam de letrados e juristas para o seu desenvolvimento e da contribuição das instituições universitárias para a elaboração da ideologia nacional e monárquica que acompanhavam o nascimento do Estado Moderno. (ZAINKO, 1998, p. 23).

Na Idade Moderna as instituições universitárias se distinguem ora pela persistência de características conservadoras e até medievais, ora pelo surgimento de modelos divergentes e modernizados de organização, destacando - se, nesse período, a função profissional do ensino superior. O início do Século XIX marca um distanciamento maior entre a universidade e a antiga herança, ampliando o espaço dessa instituição que passa a absorver novas funções. A partir daí, a expansão, a diversificação e a profissionalização constituem as características centrais das instituições universitárias, inspiradas até certo ponto na proposta do modelo alemão de universidade, sendo que a profissionalização assume uma importância radical, dado o novo contexto socioeconômico desenvolvido a partir da revolução industrial, o que vai exigir da universidade um novo produto: o homem formado para o trabalho.

Com efeito, as múltiplas trajetórias, a depender dos contextos histórico-geográficos, levam à consolidação de novos modelos que a universidade vai adotando. Jacques Drèze e Jean Debelle, que analisaram o sistema de ensino superior em cinco países através de um estudo cujos resultados foram publicados em 1968, identificaram dois grupos de concepções de universidade nesse período: a concepção idealista, que desenvolve uma idéia de universidade a partir de normas próprias e a concepção funcional, utilitária, que parte dos serviços que esta instituição pode prestar à sociedade, ao país.

Desta forma, caracterizam-se como do primeiro bloco, o modelo da Universidade Inglesa, explicitado em 1852 pelo Cardeal Newman, que favorece ao desenvolvimento intelectual dos estudantes e, por isso, dá maior ênfase ao ensino; a Universidade Germânica,

inspirada pelo pensamento de filósofos como Kant, Jaspers e Humboldt, que vêem na universidade uma comunidade de pesquisadores, colocando, assim, a pesquisa no seio das atividades universitárias e o ensino a ela integrado; e a Universidade Americana, concebida principalmente por Whitehead, como centro de progresso geral da sociedade, associado à função científica, numa integração do ensino com a pesquisa.

Por outro lado, as instituições utilitárias ou funcionais modelam - se de acordo com preocupações sóciopolíticas ou sócioeconômicas e correspondem ao modelos da Universidade Francesa, inspirada por Napoleão, fortemente centralizada e controlada pelo Estado e constituída de faculdades profissionais e ao modelo da Universidade Soviética, concebida com a finalidade de edificação da então sociedade socialista, de modo a formar especialistas altamente qualificados, com forte compromisso político e ideológico (DRÈZE; DEBELLE, 1968, apud BOAVENTURA, 1986, p. 24-35).

A partir desses modelos as universidades das outras partes do mundo ocidental têm se configurado e desenvolvido suas instituições, pelo menos no decurso do século XIX e século XX. No entanto, as transformações contemporâneas experimentadas a partir desse último século têm imposto novas exigências ao sistema educacional nesse nível, fazendo com que diversos autores passem a refletir sobre essas modificações. Neste artigo recorre-se aos pensamentos de J. J. Brunner, Daniel Levy, Boaventura Souza Santos, Vanilda Paiva, e Mirian Warde e Marilena Chauí, alguns deles referindo-se ao contexto da América Latina, para traçar um panorama das recentes reflexões sobre os rumos e as novas tendências da educação superior na atualidade.

A UNIVERSIDADE NÃO É MAIS A MESMA

O estudo do desenvolvimento da idéia de universidade, portanto, a partir da sua criação na Idade Média, passando por todo o período da modernidade até os nossos dias, demonstra a evolução dos seus objetivos e finalidades, representando, o século XIX, o período que inicia um processo de ampliação das instituições universitárias e intensificando-se no século seguinte, constituindo suas características fundamentais a partir daí a expansão das suas

matrículas, a diversificação de seus papéis e funções, assim como dos seus serviços e a profissionalização demandada pelos setores produtivos. Isto, principalmente, porque a centralidade do conhecimento e as novas formas de produção na sociedade contemporânea fizeram crescer a importância do trabalho acadêmico ao mesmo tempo em que diminuir progressivamente a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual.

Mesmo considerando que as instituições de educação superior e o trabalho acadêmico desempenham papel determinante nessa sociedade, deve-se destacar que essa evolução em muito mudou a própria concepção da universidade, admitindo-se que hoje a “idéia de Universidade”, em geral, está fazendo referência a uma realidade que já não existe mais: a universidade pré-moderna, como uma comunidade única de mestres e discípulos unidos em torno do cultivo do conhecimento valorizado. As circunstâncias atuais são mais fortes que os mitos que ela tem alimentado historicamente, como, por exemplo, aquele baseado na crença de que só a universidade cultiva o conhecimento avançado e o faz progredir, de que só ela o refina e que só ela tem as condições de transmiti-lo validamente. Assim, além de outros, a universidade assume um papel muito forte de certificação, com uma grande massa de estudantes em busca de um diploma que lhes permita a incorporação no mercado de trabalho e o desempenho de ocupações que manipulem conhecimentos (BRUNNER, 1991).

Por conta dessa realidade, há uma tendência de diversificação das instituições que oferecem a educação superior, segundo distintos tamanhos, natureza, qualidade e prestígio, mesmo conservando o caráter elitista que lhe é imanente. Deste modo, algumas dificuldades se apresentam para os sistemas de educação superior. As instituições centrais (as universidades públicas) já não são mais as mesmas, desde o ponto de vista da qualidade dos processos, da formação das elites, da conexão com o mundo externo ou a produção das inovações; no campo da pesquisa, observam-se imprecisões quanto aos domínios da investigação básica frente à investigação aplicada ou a produção e a aplicação do conhecimento ou as delimitações das especialidades; o mundo das profissões e das ocupações técnicas superiores perde sua nitidez, com as mudanças na natureza e orientação das novas demandas; além da complexidade que passa a reinar no universo da docência, da pesquisa e do processamento do conhecimento,

provocada pelas correntes da internacionalização, com difíceis conseqüências para os níveis de cooperação científico-tecnológica entre as nações (BRUNNER,1991).

Para Brunner, o panorama da educação superior nos países latino-americanos, no início da década de 90 é marcado por quatro processos fundamentais: a heterogeneidade dos estabelecimentos, a diminuição do financiamento público devido à crise econômica experimentada pela quase totalidade dos países, a debilidade da estrutura científico-tecnológica frente a comunidade internacional, mesmo considerando as mudanças profundas em suas estruturas produtivas para poder competir em uma economia cada vez mais internacionalizada e a crise que se estabelece nas relações entre o Estado e os sistemas educacionais. Neste particular, observa-se um mal-estar entre esses dois segmentos, constatando no interior das instituições baixa produção intelectual, oferta de cursos obsoletos, vida departamental desarticulada e, em algumas delas, uma crise de autoridade, refletindo esses sinais de crise na relação do sistema de educação com a sociedade e o Estado (BRUNNER, 1991).

A QUEBRA DO PREDOMÍNIO ESTATAL

Daniel Levy (1995) analisa também a educação superior na América Latina, principalmente focalizando o crescimento do setor privado nos últimos tempos, assinalando que as mudanças contextuais têm favorecido tais tendências, mormente por conta da privatização da educação superior em nível mundial e da economia política adotada nessa região. Para ele, agências internacionais, como o Banco Mundial, têm apressado o estabelecimento de vários tipos de privatização, em diferentes partes do mundo. Por outro lado, basicamente, todas as nações latino-americanas estão envolvidas com projetos neoliberais, cuja característica central é a diminuição do Estado e o aumento do espaço de ação do setor privado, inclusive dentro do próprio setor público, quando este começa a adotar políticas e estruturas que anteriormente se associavam àquele setor. Com isto, constata-se o fim do monopólio do setor público nesse contexto, enfatizando o aumento das proporções das matrículas do setor privado, destacando o Brasil e o México neste sentido (LEVY, 1995).

Para este autor, a força do setor privado na América Latina se deriva da crise do setor público, com a diminuição dos subsídios do Estado às suas instituições, o que, por sua vez, incide na diminuição das proporções no número de vagas oferecidas e na qualidade da instrução. E, mesmo tratando de um conjunto de países com situações tão díspares, Levy consegue traçar algumas tendências da educação superior para essa região, recorrendo à evolução histórica desse nível de educação. Assim, estabelece algumas categorias de análise, marcadas por momentos históricos distintos, que revelam, de uma maneira geral, a trajetória desse processo.

Desta forma, a educação superior latino-americana inicia-se com as instituições coloniais, que eram universidades mistas, resultantes da fusão dos domínios do Estado e da Igreja. Refletindo os movimentos de independência da universidade francesa em relação ao domínio eclesiástico, por conta dos desdobramentos revolucionários do início do século XIX, a América espanhola acompanha a separação entre o público e o privado que se processava além-mar, entrando suas universidades num processo de conversão pública. Não tarda uma reação católica a essa situação, o que vai produzir, a partir dos anos 30 do século seguinte, a instalação de universidades privadas religiosas, em várias nações.

O crescimento do setor público, por seu turno, no começo dos anos sessenta, muito por conta do aumento da demanda, mas, também, das mudanças sociais e econômicas que fazem crescer uma classe média demandante da educação superior, faz declinar o caráter elitista de suas instituições, facilitando o surgimento de um outro setor privado, voltado para a formação das elites econômicas, engajado com os movimentos de modernização industrial e voltado, principalmente, para a preparação de quadros profissionais.

No entender de Levy, a reação privada, no entanto, não se restringe a uma alternativa elitista. Uma resposta secular privada surge, também, diante do que o autor chamou de fracasso do setor público, resultante da declinação do seu elitismo e da queda da qualidade do ensino. Esta resposta corresponde ao surgimento de um outro sub-setor privado, para atender às demandas das sociedades capitalistas modernas, sub-setor este que ele classifica como de “absorção da demanda”, que incluem as instituições de orientação técnica empresarial, que

não atraem os estudantes mais privilegiados economicamente e que se concentram em campos de estudos mais recentes.

Este autor chama a atenção, por outra parte, de que esta forma de análise constitui uma categorização muito geral e que, para proceder à sua aplicação nos estudos empíricos, devem ser consideradas as especificidades de cada país. O Brasil, por exemplo, vai usar diferentemente o setor privado, principalmente pelo desenvolvimento tardio do seu Estado, fortemente centralizador a partir dos anos 30 e depois reforçado pelo governo militar. No entanto, este país, ao lado da Costa Rica e da Colômbia, distingue-se por desenvolver intensamente o sub-setor privado de absorção da demanda, se for utilizada essa classificação.

Daniel Levy também faz uma observação importante com relação à herança dos modelos de universidade na América Latina em relação aos modelos de outros contextos, levando em conta a diferenciação setor público x setor privado. Por um lado, o setor público assume os modelos europeus, genericamente denominado de “modelo continental” na expressão de Burton Clark, citado por Levy, adotando a Universidade napoleônica, totalmente dependente do Estado e voltada à formação profissional ou a Universidade alemã, com um papel forte na investigação, desenvolvidas no século XIX. Por outro lado, o setor privado vai adotar o modelo americano, de “educação superior de massa” atendendo prioritariamente aos interesses privados e onde o Estado tem uma função secundária.

Desta forma, o autor assinala que as instituições públicas e as instituições privadas desenvolvem diferentes funções e servem a diferentes interesses. E, ao fazer uma análise do processo de privatização da educação superior na América Latina dos últimos tempos, ele considera que os setores privados têm cumprido os objetivos para os quais foram criados. No entanto, ressalta aspectos negativos desse processo, como, por exemplo, o fato de que os interesses dos grupos mais ativos não são os mesmos que os da sociedade em seu conjunto; que esse processo termina por debilitar as responsabilidades do Estado e o acesso igualitário às oportunidades educacionais; que as decisões de caráter privado nem sempre consideram os princípios democráticos do autogoverno da comunidade, e assim por diante.

No que diz respeito à relação Estado e sistema de educação superior na América Latina, ele considera que, do ponto de vista político e social, o Estado se serve das universidades

públicas para a sua legitimação e estabilidade. Na medida em que oferece oportunidades, principalmente para as classes médias, beneficia-se também, com o recrutamento burocrático e político dos seus egressos, assim como com os efeitos gerados no bem-estar da sociedade, quando da formação de quadros profissionais importantes e no desenvolvimento das atividades de pesquisa e extensão. Por seu turno, esse mesmo Estado se beneficia do setor privado, mesmo que de uma forma menos evidente, na medida em que esse setor ajuda na oferta de oportunidades à população estudantil. Por outro lado, ele desenvolve um argumento interessante, quando assinala que o Estado não é somente beneficiário e dependente passivo da educação superior pública e privada. Ele é ator importante na promoção de políticas públicas favoráveis ao setor privado (LEVY, 1995).

NOVAS DEMANDAS QUE SE DESDOBRAM EM CRISES

Boaventura Souza Santos (1999), também faz uma análise dos rumos da educação superior, discutindo os novos parâmetros da complexa situação da universidade no contexto da Europa, que revela semelhanças às circunstâncias experimentadas na América Latina e particularmente no Brasil, abordando, dentre outros, alguns aspectos analisados por Brunner e Levy, sumariamente aqui apresentados. Para ele, na atualidade, são feitas à universidade, exigências cada vez maiores, ao mesmo tempo em que tornam-se mais restritas as políticas de financiamento das suas atividades por parte dos Estados. Ressaltando a permanência histórica e, até certo ponto, o consenso em torno da missão desta instituição, ele afirma que a perenidade dos seus objetivos só foi abalada na década de sessenta, perante as pressões e as transformações a que ela foi submetida, a partir daí. Ainda assim, a formulação dos seus objetivos manteve continuidade, mesmo com o atrofiamiento da dimensão cultural e do privilegiamento do seu conteúdo utilitário e produtivista. No entanto, para ele, foi ao nível das políticas universitárias concretas que explodiu uma multiplicidade de funções, por vezes contraditórias entre si. A expansão das funções foi, afinal, o correlato da explosão da universidade, do aumento dramático da população estudantil e do corpo docente, da proliferação das universidades, da expansão do ensino e da investigação universitária a novas

áreas do saber” (SANTOS, 1999, p. 188). Para este autor, esta multiplicidade de funções, entretanto, tem levantado questões de compatibilidade, gerando tensões em alguns domínios, e ele as caracteriza como situações desdobradas em três tipos de crises: a crise de hegemonia, a crise de legitimidade e a crise institucional, que surgem em distintos tempos históricos, ligados às fases recentes do capitalismo, mas que guardam, entre si, correlações.

Deste modo, **a crise de hegemonia** se instala na contradição entre a produção de alta cultura assim como de conhecimentos necessários à formação das elites e a produção de padrões culturais médios de uma classe que passa a pressionar a expansão da sua oferta. Em outra dimensão desta análise, esta crise se manifesta, também, na contradição entre a produção e transmissão de conhecimentos para a formação das elites e a produção de conhecimentos úteis para a transformação social e qualificação da força de trabalho para o desenvolvimento industrial;

A **crise de legitimidade** se apresenta na contradição entre a hierarquização dos saberes especializados através das restrições ao acesso e da credencialização das competências, de um lado, e as exigências sócio-políticas de democratização das oportunidades, por outro. Esta situação, por seu turno, vai resultar, num esforço de compatibilização através da diferenciação e estratificação das instituições, segundo o tipo de conhecimento produzido e de acordo com a origem social do corpo discente. Vai resultar também no dualismo que estabelece entre ensino superior universitário e ensino superior não universitário, ou em universidade de elite e universidade de massa;

A **crise institucional** se manifesta na contradição entre a reivindicação da continuidade da sua autonomia na definição dos valores e objetivos institucionais e a sua submissão aos critérios de eficiência e produtividade do mundo empresarial. As dificuldades de compatibilização desta contradição, inclusive, poderá causar sérias implicações nos aportes dos recursos para a sua manutenção e nos efeitos derivados dos procedimentos de avaliação de desempenho, a partir de critérios externos e pouco familiares a ela (SANTOS, 1999).

É de se notar que as análises feitas por este autor, tendo como referência o contexto europeu, podem servir de parâmetros para a reflexão sobre o que vem acontecendo no cenário universitário latino-americano e no Brasil. Com efeito, muitos dos elementos analisados que

evidenciam os desdobramentos destas crises no outro lado do Atlântico estão também presentes na educação superior desta região.

AINDA OUTROS DILEMAS E DESAFIOS

Sobre esta e outras questões, Vanilda Paiva e Mirian Warde (1994) desenvolvem em um artigo do livro por elas organizado sob o título *Dilemas do ensino superior na América Latina*, pontos importantes que determinam os novos contextos desse nível de educação, assim como os desafios que se apresentam para as instituições universitárias, a partir dos anos noventa.

Para estas autoras, constituem dilemas cruciais para os sistemas de educação superior, na última década do Século XX: a diminuição dos recursos para a ciência básica, atingindo a universidade, os sistemas de educação superior e de pesquisa científica de países ricos, intermediários e pobres; as conseqüências do movimento que fez crescer a oferta de serviços sociais em geral e as oportunidades de educação, trazendo implicações econômicas dos seus custos; os reflexos de um novo modelo produtivo apoiado no avanço tecnológico que exige um redirecionamento da educação superior e incide nos níveis de emprego; as novas circunstâncias políticas em nível mundial oriundas das tendências transnacionais e do desprestígio do Estado como prestador de serviços; as mudanças de orientação da pesquisa científica, inclinando-se mais pelo utilitarismo e curto prazo, em decorrência dos cortes de orçamentos dos organismos estatais e da necessidade de associação entre universidade e empresa, como caminho natural da busca de fundos.

Para estas autoras, embora com resistências internas da universidade, são criados mecanismos importantes na promoção dessa interface que levam a política de educação superior para caminhos compatíveis com a ética do mercado, colocando, assim, em xeque nas negociações e na colaboração efetiva, princípios caros à vida acadêmica, como aqueles que dizem respeito à socialização do conhecimento e à apropriação intelectual das idéias e dos resultados das pesquisas (PAIVA; WARDE, 1994).

E AÍ, COMO CONCILIAR A VOCAÇÃO POLÍTICA COM A CIENTÍFICA?

Tocando de perto esta questão Marilene Chauí critica os novos rumos da universidade nos dias atuais, analisando as relações entre saber e poder, cidadania e conhecimento e focalizando sua atenção na distinção entre a vocação política e a vocação científica desta instituição social. Deste modo, assinala a necessidade de compatibilização entre esses dois componentes.

Para ela, a articulação entre essas duas vocações, quando feita pela própria universidade, nos oferece a face luminosa dessa relação, mas quando feita a partir da reprodução sociopolítica e da formação de um grupo social específico, tende a nos oferecer a face sombria dessa compatibilização. Em situação de impasse, Chauí identifica uma forma de incompatibilidade, que diz respeito ao fato de deixar por conta do mercado a definição das prioridades de formação e pesquisa científica. Deste modo, a privatização do saber entra em choque com uma política de abertura e expansão da universidade (CHAUÍ, apud ZAINKO, 1998).

Também Chauí, em artigo de um periódico nacional, analisando as repercussões da reforma do Estado Brasileiro na educação universitária, retoma este tema questionando uma nova definição de universidade, que vem contrapondo ao seu conceito como instituição social. Trata-se do novo conceito de universidade operacional, que, segundo ela, ameaça esvaziar a instituição universitária, com sua lógica de mercado. Assim, ela adverte que a tentativa de modernizar e racionalizar as atividades estatais (nelas incluindo a educação), transformando as instituições educacionais em "organizações sociais", prestadoras de serviços, poderá causar sérios prejuízos à idéia de autonomia universitária, que passa a ser ligada aos conceitos de qualidade, avaliação e flexibilidade (CHAUÍ, 1999).

UNIVERSIDADE E ECONOMIA

Paiva e Warde também analisam no artigo acima mencionado, os impactos das transformações do sistema da educação superior, gerados da interface universidade x empresa,

concentrando-se nas discussões sobre a utilidade da universidade de massa para a vida econômica a curto prazo. Deste modo, estas autoras recolocando a questão da educação profissional e técnica remetem ao debate sobre os conteúdos a serem contemplados nos programas desenvolvidos nesse nível de educação, assim como a pertinência da função qualificação, no sistema educacional, dada a necessidade de adaptação da força de trabalho à velocidade das inovações tecnológicas. De fato, grande parte das atividades das instituições de educação superior se dirige à formação de profissionais para as diferentes carreiras e profissões, mesmo considerando a intensificação das atividades de pesquisa, especialmente nas universidades públicas nos tempos modernos.

Neste sentido, a discussão em torno da função qualificação do sistema educacional não se esgota apenas no reconhecimento da distinção de tipos de instituições de educação superior, de um lado, voltados unicamente para o ensino e, de outro, daqueles que associam esta função ao desenvolvimento da pesquisa. Este debate se amplia na medida em que considera a pertinência de se refletir sobre os conteúdos dos diferentes cursos a serem oferecidos, levando em conta a rapidez das mudanças tecnológicas. Esta consideração, por conseguinte, está a exigir flexibilidade à universidade, na oferta dos seus cursos, o que vai contrapor com a concepção clássica dessa instituição e sua forma de organizar o conhecimento e das estratégias e procedimentos para a sua transmissão. A resistência interna das universidades a esse modelo de oferta de serviços flexíveis às mudanças da economia, torna mais forte a tendência à criação de instituições de ensino não-universitárias para atender a tais demandas (PAIVA; WARDE, 1994).

Estas autoras também refletem sobre os desafios provocados pela tendência a um sistema de massa, diante da crise fiscal dos Estados, assim como das questões que se colocam atualmente sobre a produtividade e eficiência do próprio sistema público existente. E, a título de conclusão, elas assinalam que as características que se apresentam, diretamente ligadas ao avanço do liberalismo e a diminuição da participação do Estado na gestão e financiamento da educação superior, fazem suas instituições se distanciarem cada vez mais das orientações não-utilitárias, mais especificamente da universidade humboldtiana, que só se viabiliza quando mantida pela ação estatal. Estas autoras salientam que mesmo continuando a ser um "locus"

privilegiado da crítica, outras de suas funções estão sendo modificadas pelo efeito da massificação de suas matrículas e pelas mudanças provocadas pelas revoluções tecnológicas.

Quanto ao desenvolvimento da pesquisa científica Paiva e Warde ainda argumentam que esta vem se concentrando nas universidades públicas. Por seu turno, o modelo americano de educação superior, formado de instituições de ensino público e privado dedicadas fundamentalmente ao ensino e de universidades de elite para formar as camadas dirigentes tende a universalizar-se. De outra parte uma maior aproximação da economia está em curso, mas existe crescente consciência de que o sistema de educação superior deve oferecer além do que o mercado possa utilizar. Isto porque a qualidade da educação torna-se cada vez mais fundamental, no contexto, ficando a profissionalização cada vez mais situada no interior de uma educação geral (PAIVA; WARDE, 1994).

Com estas análises pode-se perceber as significativas alterações por que passam os sistemas de educação superior, principalmente os da América Latina, alterações estas resultantes de novas circunstâncias presentes no mundo atual e manifestadas na multiplicidade crescente de suas funções, na expansão dos seus serviços, no crescimento do setor privado, na diversificação de suas unidades de ensino, no declínio do financiamento para as instituições públicas, nas dificuldades que se apresentam para as suas universidades no sentido de manter os objetivos e valores cultivados até então, ao mesmo tempo que dando conta das novas exigências do mundo contemporâneo.

Conclui-se este artigo enfatizando o papel da universidade pública no momento histórico atual. Embora as novas dinâmicas tenham acarretado novas configurações e novas funções ao sistema de educação superior e abalado a missão da universidade, provocando crises e apresentando novos desafios, a universidade pública há que descobrir novos caminhos, visando manter seu traço histórico de uma instituição criada pela sociedade, para preservar e recriar a cultura, constituir-se como *locus* de pensar esta mesma sociedade, produzir conhecimentos e formar as novas gerações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOAVENTURA, Edvaldo Machado. **Universidade e multiversidade**. Rio de Janeiro: Tempo Presente, 1986.

BRUNNER, José Joaquin. **El contexto actual de la educación superior en América Latina**. Documento de Trabalho, n. 7. São Paulo: USP/NUPES, 1991.

CHAUÍ, Marilena. A universidade operacional. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 9 maio, 1999. Caderno Mais!, p. 3.

LEVY, Daniel C. **La educación superior y el Estado en Latinoamérica: Desafios privados al predominio publico**. México, D.F.: Grupo Editorial Miguel Angel Porrúa, 1995.

PAIVA, Vanilda, WARDE, M. Jorge (Org.). **Dilemas do ensino superior na América Latina**. São Paulo : Papyrus, 1994.

SANTOS, Boaventura Souza. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 1999.

ZAINKO, Maria Amelia Sabbag. **Planejamento, universidade e modernidade**. Curitiba: All-Graf, 1998.